

# MEMÓRIA, PODER, HISTÓRIA ORAL

Marisa Rezende Bernardes – Universidade Paulista (UNIP) - Campus de Bauri

## Resumo

Este texto está relacionado ao trabalho de pesquisa cujo foco está nas relações que se tecem entre magistério e profissionalização, por meio da busca de como, na história de atuação do professor, articulam-se as relações saber/poder e como elas são exercidas. No caso do professor, o saber/poder é, especialmente, talvez mais do que em outras profissões, seu modo de, como profissional, interferir no mundo. Para procurar entender as regras e os mecanismos utilizados nas relações de poder para produzir esses discursos de verdade, foram realizadas entrevistas com professores de Matemática cujas experiências são reconhecidas como diferenciadas e/ou são professores comprometidos publicamente com embates relativos à carreira docente em suas várias dimensões. O que uma perspectiva como esta proporciona, porém, é a possibilidade de se colocar o foco na produção de conhecimento e não no conhecimento como objeto principal de um estudo e, em consequência, o método de investigação como dominante em relação à Epistemologia. No limite, ao se optar por registrar enunciações em perspectiva de sujeitos cujo olhar sobre o tema focado é estratégico, para o que utilizou-se recursos da História Oral, o que está sendo enfatizado é a relação entre memória e poder, memória e política.

## Abstract

This paper is related to a research work focusing on relations between teaching profession and professionalization looking for how, in the teacher performance history, the relation of knowing/power are articulated and how they are used. Perhaps more than in other professions, the knowing/power for the teacher is his/her way of interfering in the world as a professional. Intending to understand the rules and mechanisms used on power relationships in order to produce these actual discourses, interviews were carried out with Math teachers whose experiences are acknowledged as distinguished and/or they are teachers publicly committed with impact concerning the teacher career on its several dimensions. However, this kind of perspective provides the possibility to focus on the knowledge production rather than on knowledge as a main object of a study and, consequently, the investigation method as dominant related to Epistemology. In the limit, when opting to register enunciation in subjects perspective, the view about the focused theme is strategic. For which resources from Oral History were used, the emphasis is the relation between memory and power, memory and politics.

## INTRODUÇÃO

O ponto de vista de Hannah Arendt (*apud* LAFER, 1999) sobre a razão pela qual alguém se dispõe a escrever uma biografia (o que poderia ser estendido aos relatos orais) auxilia na justificativa da escolha metodológica do trabalho de pesquisa que deu origem a este texto. Para ela, as histórias resultando da ação e do discurso – modos pelos quais os seres humanos se revelam uns aos outros na teia das relações intersubjetivas – desvendam o sujeito, não como autor de sua própria vida, mas sim como seu sujeito – na dupla acepção da palavra. Para a autora, toda vida humana, compreendida entre o nascimento e a morte, constitui uma história que se insere na História, livro de muitos atores e narradores, mas sem autores tangíveis. Como, a partir desta perspectiva, cabe ao pesquisador o julgamento de quais relatos de vida são pertinentes ao seu problema de pesquisa, a leitura da obra de Foucault (e de Nietzsche), para os quais não há sujeito neutro, auxilia ao justificar buscar na história de atuação do professor como articulam-se as relações saber/poder e como elas são exercidas.

Segundo Foucault, o governo dos homens pelos homens – que se utiliza de grupos, do poder dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre as crianças, de uma classe sobre a outra

ou da burocracia sobre uma população – supõe certo tipo de racionalidade e não de violência instrumental. Portanto, a intenção deste texto (a partir da Dissertação de Mestrado sobre profissionalismo docente<sup>1</sup>) não é tratar do problema da formação dos Estados, nem tampouco explorar os diferentes processos econômicos, sociais e políticos dos quais procedem (nem tampouco é pretensão analisar os diferentes mecanismos e instituições que utilizam os Estados para assegurar sua permanência). O objetivo é mais sutil: propor utilizar algumas indicações fragmentárias sobre algo que se encontra entre o Estado, como tipo de organização política e seus mecanismos, ou seja, nas relações entre as diversas esferas (que possibilitam ao pesquisador uma relativa autonomia – campos, que permitem aflorar perplexidades que levam às perguntas sobre o mundo, em que a vivência que se tem do e no mundo, possibilita diagnóstico e prognóstico) no tipo de racionalidade implicada no exercício do poder do Estado.

Assim como todos nós, os professores estão sempre em posição de serem submetidos ao poder, mas também de exercê-lo, portanto, não basta denunciar a razão em geral, “[...] a experiência [...] tem ensinado que a história das diversas formas de racionalidade têm apresentado resultados mais efetivos no combate das certezas e dogmatismo do que a crítica abstrata” (FOUCAULT, 1990, p.137, tradução nossa). Esta peculiar estratégia reflexiva, ou seja, a análise deste movimento indefinido – e indefinidamente histórico – das relações de dominação de uns sobre outros, não reporta, no entanto, à relatividade da história ao absoluto da lei ou da verdade. Num campo histórico (que sequer pode ser considerado relativo porque não se relaciona com nenhum absoluto), acontece uma eterna dissolução – um infinito da história - em mecanismos e acontecimentos que são os da força e do poder, esclarece Foucault (2000c). Os processos políticos e sociais que estruturam a maioria das sociedades atuais não são facilmente vislumbrados, observa este autor, ou são apagados ou são convertidos em habituais. Fazem parte da paisagem mais habitual e, portanto, não são vistos. A estratégia consiste em mostrar que muito do que faz parte da paisagem cotidiana – as necessidades universais – não são nada além do resultado obtido por manobras históricas muito precisas. Daí a observação de Hannah Arendt (*apud* LAFER, 1999) sobre a realidade ser diferente de e mais do que a totalidade inalcançável dos fatos:

Aquele que fala as coisas que são sempre conta uma história e, nessa história, os fatos particulares perdem a sua contingência ao adquirir significado humano. A função política do que conta a história, na medida em que está preocupado com a verdade factual, é ensinar a aceitação das coisas tais como elas são. É isso que permite o juízo que, no caso de uma biografia [relatos orais], esclarece quem foi e de que foi capaz uma pessoa. (LAFER, 1999, p. 235)

O pensamento moderno está interligado com a noção de sujeito. Michel Foucault, como crítico da modernidade ocidental, buscou através da genealogia, ao estudar a constituição do sujeito através da história, entender as estranhas e complexas relações desenvolvidas em diversas sociedades contemporâneas entre a individualidade, o discurso, a verdade e a coerção: a moderna concepção do eu. Buscou entender quais técnicas e práticas deram forma ao conceito ocidental do sujeito, conferindo-lhe a sua característica clivagem entre verdade e erro, liberdade e constrangimento; e também como afigurou-se uma nova “[...] ‘dimensão política’ [...] relativa àquilo que estamos dispostos a aceitar no nosso mundo, a recusar e a mudar, tanto em nós próprios como nas nossas circunstâncias” (FOUCAULT, 1993, p. 206).

Por esta razão, o propósito não é o de analisar os fenômenos do poder, nem de lançar bases de uma análise assim mas, antes, produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura, da fabricação do sujeito, mas entendido desta vez como elemento sujeitado numa relação de poder.

## **A PROCURA DE FUNDANTES PARA A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA**

---

<sup>1</sup> Bernardes (2003)

A modernidade construída por Foucault (1988,1999) – este é um ponto importante e nunca é demais repeti-lo<sup>2</sup> –, diferentemente de outros que se fixaram em uma determinada herança de Marx, não é uma época negativa. O poder, como este autor o vê, não reprime no sentido de retrocesso: as condições políticas e econômicas de existência não são obstáculos, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade. Desta forma, a história da Ciência é um importante campo para se estudar a genealogia do sujeito, o que, em uma perspectiva diferente, poderia parecer paradoxal: “afinal, a genealogia do sujeito não ocorre no interior de um campo de conhecimento científico, como se mais nada fôssemos para além daquilo que o conhecimento racional nos poderia dizer acerca de nós próprios” (Id, 1993, p.205). Portanto, quando, por intermédio da genealogia do sujeito, este autor o concebe como uma ficção produzida por um *jogo de poder*, introduz também a desconfiança na idéia moderna de que é natural confiar em um saber chamado de verdadeiro, ou seja, legítimo não só porque é científico, mas porque é fundamentado epistemologicamente e/ou metafisicamente.

Na grande reviravolta da *epistémê* ocidental, observa Foucault (2000b), descobriu-se uma historicidade própria à natureza e também mostrou-se que atividades tão singularmente humanas, como o trabalho ou a linguagem, detinham, em si mesmas, uma historicidade impossível de ser inserida em uma grande narrativa comum às coisas e aos homens. A produção tem modos de desenvolvimento, o capital, modos de acumulação que não podem nem restringir-se às leis naturais nem restringir-se à marcha geral da humanidade; do mesmo modo, a linguagem modifica-se não tanto com as migrações, o comércio e as guerras, ao sabor do que sucede ao homem ou ao capricho do que ele pode inventar, mas sim segundo leis internas de funcionamento, e sua cronologia desenvolve-se segundo um tempo que decorre primeiramente da sua coerência singular. As coisas receberam primeiro uma historicidade própria que as liberou deste espaço contínuo que lhes impunha a mesma cronologia que aos homens. O ser humano não tem mais história: ou antes, porque fala, trabalha e vive, acha-se ele, em seu ser próprio, todo imbricado em histórias que não lhe são nem subordinadas nem homogêneas. Sua história constitui-se no nó inextricável de tempos diferentes<sup>3</sup>, que lhes são estranhos e que são heterogêneos uns em relação aos outros. O tempo lhe vem fora dele mesmo. Ele não se constitui como sujeito da História senão pela superposição da história dos seres, da história das coisas, da história das palavras. Desta forma, a História forma, pois, para as Ciências Humanas, uma esfera de acolhimento: a cada ciência do homem ela dá um fundo básico que a estabelece, lhe

---

<sup>2</sup> É na concepção de uma teoria positiva a respeito de valores que está centrada a principal expectativa do trabalho de pesquisa, origem deste texto: um método estratégico referente à luta. Onde há poder, há sempre possibilidade de resistência, pondera Foucault (2000c). Nunca somos inteiramente pegos na armadilha pelo poder: sempre podemos modificar-lhe o domínio, em determinadas condições e segundo uma estratégia precisa.

<sup>3</sup> A concepção dominante, alerta Elias (1998), segundo a qual o “tempo” está relacionado à Física teórica, tem condenado o problema sociológico do “tempo” à “terra de ninguém” – que se estende entre as ciências naturais e as ciências sociais. A tendência de cada grupo de cientistas a salvaguardar o próprio campo por muralhas de convenções e ideologias profissionais, cria obstáculos a qualquer tentativa de ligar campos científicos diferentes através de um quadro de referência teórico que lhes seja comum. É difícil pensar e falar de um modo que não implique tacitamente que o tempo físico, o tempo biológico e o tempo social ou experimental existem lado a lado, sem nenhuma ligação natural. Por essa razão, é preciso examinar a clivagem particular que atravessa, em nossa tradição, a totalidade da representação simbólica do universo. O estudo do “tempo” é o de uma realidade humana inserida na natureza, e não de uma “natureza” e uma realidade humana separadas. A percepção deste fato é para o autor um exemplo de como representantes dos estágios mais recentes tendem a ignorar a genealogia de sua própria sociedade e o longo processo de desenvolvimento que os levou até eles. O caráter específico do “tempo”, que é objeto de assentimento geral, – a auto-regulação “temporal” com que nos deparamos em quase todas as sociedades avançadas – não é um dado biológico, ligado à natureza humana, nem tampouco um dado metafísico, ligado a algum *a priori* imaginário, e sim um dado social, um aspecto da evolução social da estrutura da personalidade que, como tal, torna-se parte integrante da individualidade de cada um. A rede temporal social, conhecida pelos membros das nações altamente industrializadas, de malhas cada vez mais finas, encerram e condicionam em sua universalidade toda a extensão das atividades humanas – portanto, um mecanismo de regulação de alto poder coercivo –, conclui o autor.

fixa um solo como que uma pátria: ela determina a área cultural – o episódio cronológico, a inserção geográfica – em que se pode reconhecer, para este saber, sua validade; cerca-as, porém, com uma fronteira que as limita e, logo de início, arruína sua pretensão de valerem no elemento da universalidade. No entanto, estas condições evidenciaram uma História que concerne ao ser mesmo do homem, pois que se evidencia que não somente ele ‘tem’, em torno de si, ‘História’, mas que ele mesmo é, em sua historicidade própria, aquilo pelo que se delineia uma história da vida humana, uma história da economia, uma história das linguagens.

Assim, como não existe nenhuma narrativa privilegiada (no sentido da representação mais acurada) e, portanto, não sendo possível uma história verdadeira, a alternativa consiste em história das verdades. Desta forma, é possível entender porque Portelli (1991) enfatiza o tipo de credibilidade diferente das fontes orais: a importância dos relatos orais reside muito mais na divergência com os fatos, consequência da imaginação e do simbolismo, do que no apego a eles. As crenças e os conhecimentos são menos representação acurada ou não acurada do mundo e mais instrumentos produzidos no decorrer da vida, afirma Ghiraldelli (1999). Não se trata de ciência nem tampouco ideologia, mas de narrativas imaginativas que descrevem e redescrevem o mundo, o eu, aos outros, indefinidamente. Assim, pesquisas que utilizam fontes orais, salienta Portelli (1991), são intermináveis em decorrência da natureza das suas fontes. Trabalhos históricos ao excluírem fontes orais são incompletos por definição porque a História não é apenas sobre os eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como eles são vivenciados e lembrados na imaginação ou, como sugere Foucault: sobre como se desenha o jogo da verdade.

## **JUSTIFICANDO O MÉTODO – POR MEIO DA RELAÇÃO PODER E MEMÓRIA**

Desta forma, uma pesquisa sobre profissionalismo docente (por ter sido o interesse específico do trabalho de pesquisa ao qual este texto está relacionado), ao utilizar relatos orais, esteve ligada ao que Foucault (1993) denominou de “política de nós próprios” duplamente (ou como sugerido por Hannah Arendt, sujeito, na dupla acepção da palavra): tanto por sua natureza relacionada ao trabalho – para o autor, foram as disciplinas e as normas que tornaram possível o trabalho tal como ele se organiza na economia capitalista –, quanto porque a trama de poder político, necessária ao sistema capitalista para a fixação dos homens ao aparelho de produção, proporciona também o nascimento de uma série de saberes – saber do indivíduo – vivenciados, lembrados, inventados e reinventados. Em particular, interessa ao profissionalismo docente a compreensão dos interesses constitutivos do conhecimento a forma na qual o conhecimento é produzido em ambientes institucionais, em práticas sociais, em formações culturais e em contextos históricos específicos porque o conhecimento é seu objeto de trabalho e o profissionalismo é um tipo de discurso – pois emerge das contingências de um período e de suas relações, entre elas a própria apropriação social das falas – e “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2000a, p.10), e “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (*Ibid*, p. 37). Esta forma de problematizar o conhecimento revela, em uma formação social mais ampla, a possibilidade de processos de cumplicidade legitimados por categorias ou grupos sociais, ao selecionar as formas pelas quais vários tipos de conhecimento são produzidos, estabelecidos e avaliados. Não se trata apenas de limites e incertezas no campo do conhecimento, esclarece Foucault ao destacar o efeito de poder do conhecimento e não seu valor de verdade. A questão é o conhecimento, a forma de conhecimento, as relações entre estruturas econômicas e políticas da sociedade e o conhecimento, não em seus conteúdos falsos ou verdadeiros, mas em suas funções de poder/saber, na capacidade em constituir práticas. A verdade não existe fora do poder ou sem poder. O poder é onipresente, capaz de se reproduzir a todo instante, em todos os lugares. Em contrapartida, existe uma multiplicidade de pontos de resistência, no papel do outro termo, do interlocutor, formando assim uma rede de relações de poder. Estas resistências não são apenas negativas, existindo apenas como oposição à dominação; elas também ocorrem de forma positiva como no processo poder/saber. As redes de

dominação e os circuitos de exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado. As possíveis transformações no âmbito capilar, minúsculo, do poder, não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado: eis porque reveste-se de importância os discursos cotidianos. Discursos que narram os enfrentamentos, as oposições, as alianças – que falam das resistências e também das sucumbências às dificuldades e aos desejos – no interior de uma categoria profissional, ou seja, são construídos, moldados e nunca naturalmente dados.

No limite, o que uma perspectiva como esta proporciona é a possibilidade de se colocar o foco na *produção de conhecimento* e não no *conhecimento* como objeto principal de um estudo. E, como analisado em Bergamo & Bernardes (2003), o foco desta forma locado na *produção de conhecimento* (ou suas funções de poder/saber) coloca o Método de investigação<sup>4</sup> como dominante em relação à Epistemologia (que é determinada, em última instância, por aquela), no mesmo movimento em que constituem uma unidade na diversidade.

Apesar do valor epistemológico do trabalho profissional dos historiadores ser inegável, como analisa Elias (1998), o ideal de competência científica que o rege – pautado sobretudo na fidedignidade dos métodos pelos quais são apresentados remanescentes pormenorizados do passado, extraídos de uma multiplicidade de fontes – reflete-se na maneira de apresentar o passado como dividido em períodos manejáveis em função do código que o rege e, normalmente limitados a períodos relativamente curtos, sem nenhum quadro de referência comum. Ao se fragmentar o passado humano em períodos individualizados, que parecem dotados de vida própria, dificulta-se ou mesmo impede-se a percepção de processos contínuos que se estendem a longo prazo, e que não se detêm nas fronteiras dos diferentes períodos, mesmo que possam sofrer a influência deles. Assim, apesar do rigoroso controle profissional na fase de investigação, falta à maneira histórica de reconstruir o passado um quadro de referência unitário que permita estabelecer comparações, uma vez determinadas as diferenças no nível de desenvolvimento atingido no decorrer dos diversos períodos, bem como das transformações ocorridas a longo prazo no interior destes períodos. Inúmeras coisas que a humanidade adquiriu em estágios anteriores, de modo tão frágil e embrionário que ninguém pode perceber tal aquisição, vêm à luz repentinamente após muito tempo, talvez séculos depois: tornaram-se maduras e fortes neste intervalo, alerta Nietzsche (2002). Algumas épocas, assim como alguns indivíduos, parecem não possuir este ou aquele talento, esta ou aquela virtude, mas são como vulcões em crescimento e terão sua hora de erupção. Os descendentes trazem à luz o interior dos seus pais, dos seus avós – interior este muitas vezes desconhecido por eles. Todas as características pessoais de que um homem é consciente – sobretudo quando ele pressupõe serem visíveis e óbvias também para o seu meio –, esclarece o autor, obedecem a leis de desenvolvimento completamente diversas das características que lhe são desconhecidas ou muito mal conhecidas, que por sua finura também se ocultam aos olhos do observador refinado, como que sabendo esconder-se por detrás do nada. Estas características visíveis – as quais denomina-se de *consciência* – têm sido tomadas como âmago do ser humano (o que nele é duradouro, derradeiro, eterno, primordial) e não como o último e derradeiro desenvolvimento do orgânico e, por conseguinte, também o que nele é mais inacabado e menos forte. Este entendimento tem como corolário, ironiza, os homens não se empenharem em adquirir consciência, por acreditarem já ter consciência: a tarefa de incorporar o saber e torná-lo instintivo é dificilmente perceptível à maioria. É uma tarefa sem dúvida difícil – uma decifração –, observa Proust (1998), porque as verdades diretas e claramente apreendidas pela inteligência no mundo da plena luz são de qualquer modo mais superficiais do que as que a vida nos comunica à nossa revelia numa impressão física, já que foram obtidas pelos sentidos, mas das quais foram extraídas o espírito. De qualquer idéia deixada pela vida, a representação material, indício da impressão causada, é sempre o penhor da necessidade necessária (e, portanto *erros*,

---

<sup>4</sup> Deve-se fazer uma distinção entre o método de investigação e o método de exposição da teoria: na investigação, os dois momentos estão numa unidade em que análise e síntese encontram-se em permanente intercâmbio entre si e, na exposição, a unidade é dada pela seqüência análise para síntese ou o inverso.

sentencia Nietzsche (2002, p. 63), a “consciência diz respeito a *erros*!”). As idéias formadas pela inteligência pura – e, da mesma forma, também a memória voluntária – só possuindo uma verdade lógica, uma verdade possível, sua seleção torna-se arbitrária. Não que estas idéias, considera o autor, não possam ser logicamente certas, mas não sabemos se são verdadeiras, ou, como sugere Nietzsche (2002, p. 59), o quê ocultam: “há tanto a pensar aqui! Tudo o que até agora os homens consideraram suas ‘condições de existência’, e toda razão, paixão e credence desta consideração – isso já foi pesquisado até o fim?” O que não é necessário decifrar, deslindar a sua própria custa não pertence ao homem, o que já antes dele era claro a ele não pertence; só pertence ao homem o que é retirado da obscuridade reinante no seu próprio íntimo, o que aos outros não é dado conhecer, complementa Proust (1998).

Ninguém pode facilitar a leitura deste livro subjetivo pessoal, observa Proust (1998), ele é resultado de um ato criador – alguma coisa que, comum ao passado e ao presente, é mais essencial do que ambos – que não admite suplentes e nem colaboradores, e que, no entanto, define na observação do presente, na investigação de um passado ressecado pela inteligência, na expectativa de um futuro que a vontade constrói com fragmentos do presente e do passado, dos quais extrai ainda mais a realidade, só conservando o necessário aos fins utilitários, estritamente humanos, que lhes fixa. A memória voluntária, a memória da inteligência, nada faz além de combinar entre si elementos homogêneos. Opera com imagens que, apesar de representarem a vida, suas informações sobre o passado não conservam nada deste; ao passo que a memória involuntária rompe o hábito (camada mais superficial da memória voluntária) apresenta impressões sob as quais a realidade se oculta e que nada significam se não se souber desentranhar o que encerram porque emergem do lago ignorado onde vivem sem relação com o pensamento, mas que por isso mesmo as revelam.

Pouco a pouco conservada pela memória, é a cadeia de todas as impressões inexatas, onde nada resta do que realmente sentimos, que constitui para nós nosso pensamento, nossa vida, a realidade, e é essa falsidade a reproduzida pela arte dita “vívda”, simples como a vida, sem beleza, duplo emprego do que vêem nossos olhos e verifica nossa inteligência [...]. A grandeza da verdadeira arte [...] consiste ao contrário em captar, fixar, revelar-nos a realidade longe da qual vivemos, da qual nos afastamos cada vez mais à medida que aumentamos a espessura e a impermeabilidade das noções convencionais que se lhe substituem, essa realidade que corremos o risco de morrer sem conhecer, e é apenas a nossa vida, a verdadeira vida, a vida enfim descoberta e tornada clara, a única vida, por conseguinte, realmente vivida, essa vida que, em certo sentido, está sempre presente em todos os homens e não apenas nos artistas. Mas não vêem porque não a tentam desvendar. [...] Esse trabalho de artista, de buscar sob a matéria, sob a experiência, sob as palavras, algo diferente, é exatamente o inverso do que, a todo instante, quando vivemos alheados de nós, realizam por sua vez o amor-próprio, a paixão, a inteligência e o hábito, amontoando sobre nossas impressões, mas para escondê-las de nós, as nomenclaturas, os objetos práticos a que erradamente chamados vida. Em suma, esta arte tão complicada é justamente a única viva. Só ela exprime para os outros e para nós mesmos mostra nossa própria vida, essa vida que não pode ser “observada”, cujas aparências observáveis precisam ser traduzidas, freqüentemente lidas às avessas, e a custo decifradas. O trabalho feito pelo amor-próprio, pela paixão, pelo espírito de imitação, pela inteligência abstrata, pelos hábitos, é o que há de desmanchar a arte, na marcha em sentido contrário, na volta que nos fará empreender aos abismos onde jaz ignorado de nós o que realmente existiu. [...] como certos negativos que parecem inteiramente negros quando não examinados junto de uma lâmpada, e também precisam ser vistos às avessas: não se sabe do que se trata sem aproximá-los da inteligência. (*Ibid*, p. 171-173).

Portanto, para que também características íntimas às pessoas possam ser observadas – elas jamais cessam de soar, a partir da memória involuntária –, é necessário um novo procedimento, como observou Proust (2003), porque normalmente não são ouvidas, tal como os sinos de convento, tão bem velados durante o dia pelos ruídos da cidade, que parece que pararam, mas que se põem a tanger no silêncio da noite. Convive-se com certa idéia sem lhe

perceber a presença, esclarece Proust (1998), pois nossos maiores temores, como nossas maiores esperanças, não estão acima de nossas forças, e podemos ao cabo dominar aqueles e realizar estas. Assim, memórias voluntária e involuntária atuam lado a lado e se apoiam mutuamente: “só depois de o haver iluminado, intelectualizado, é que se distingue [...] a figura do que [existiu]. [...] Quanto às verdades que a inteligência [...] colhe a mancheias, em plena luz, ao acaso, talvez sejam valiosas; mas têm contornos antes secos e são planas, sem profundidade, porque nenhuma profundeza foi transposta para alcançá-las, porque não foram recriadas” (*Ibid*, p. 173-174). A análise em profundidade das impressões, depois de recriadas pela memória, é indispensável, conclui o autor; assim, apesar da parcialidade dos relatos, a imaginação alimentada, mesmo involuntariamente, e por iniciativa do interlocutor, à revelia do depoente, possibilita extrair deles as leis de uma vida.

Assim, o que está sendo enfatizado é a relação entre memória e poder, memória e política. Desta forma, a História Oral assume também, em relação ao objeto de pesquisa, a perspectiva de entender os depoentes como rebentos tardios que emergem subitamente de suas vidas passadas e de suas energias – como que o atavismo de um povo e de seus costumes – “assim haverá realmente algo neles a entender”<sup>5</sup>. Ou, como queria Foucault (2000a), de que modo, historicamente, os efeitos de verdade se produzem no interior de discursos que não são, em si mesmos, nem verdadeiros nem falsos, são relações de poder. Esta perspectiva em relação à memória (e, em decorrência aos relatos orais) pode desvelar outro importante aspecto: toda a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas que intervêm na historicidade de um discurso, cuja observação assume grande importância para a compreensão dos mecanismos por meio dos quais o poder se insinua nos corpos, nos desejos, nas concepções de mundo social e de seus valores. É ilustrativo o trecho no qual o narrador, em Proust (1998) na sua fase madura, observa pessoas com as quais conviveu socialmente durante períodos de sua vida:

Assim, no *faubourg* Saint-Germain, as posições aparentemente inexpugnáveis do duque e da duquesa de Guermantes, do barão de Charlus haviam perdido sua inviolabilidade, do mesmo modo que mudam todas as coisas neste mundo, pela ação de um agente interior no qual ninguém pensara: no sr. De Charlus, o amor por Charlie, que os escravizara aos Verdurin e a caduquice; na sra. De Guermantes, a mania da novidade e da arte; [...] Assim se altera a configuração de tudo, assim o centro dos impérios, e o cadastro das fortunas, e a carta dos privilégios, o que parecia definitivo, é perfeitamente reformado, e um homem vivido vê com seus olhos a transformação mais completa justamente onde a crera impossível. (*Ibid*, p. 268)

Nem mesmo com referência às mais insignificantes coisas da vida são as pessoas um todo materialmente constituído, idêntico para toda a gente e de cada qual não tem mais do que tomar conhecimento, observa Proust (2003), a personalidade social é uma criação do pensamento alheio. Também em Proust (1998), o narrador ilustra bem:

O passado a tal ponto se transformara no espírito da duquesa, ou teriam sempre estado longe deste as demarcações existentes no meu, que lhe passara despercebido o que para mim marcara época, chegando a admitir que eu tivesse conhecido Swann em sua casa e o sr. de Bréauté alhures, e a conferir-me assim um passado mundano excessivamente recuado. A noção da fuga do tempo, que eu acabara de adquirir, tinha-a também a duquesa, e até, por uma ilusão contrária à minha, que o crera mais curto, ela o cuidava mais remoto, desrespeitando notoriamente a linha divisória entre o momento que fora para mim um nome – depois o objeto do meu amor – e aquele em que se tornara uma mundana sem maior significação. Ora, só a freqüentara neste segundo período, quando já me parecia outra pessoa. Mas essas diferenças lhe escapavam, e não acharia estranha minha ida a sua casa dois anos antes, não sabendo

---

<sup>5</sup> Como faço analogia ao pensamento de Nietzsche (2002, p. 61), recorro à ironia do autor como forma preventiva às opiniões que não percebem a importância dos relatos orais no combate ao esquecimento – ou melhor, de um certo tipo – do passado.

que fora então outra aos meus olhos, pois para si mesma não era, como para mim, descontinua. (*Ibid*, p. 261-262)

As pessoas, sem cessar, buscam e divagam por suas lembranças, mas embora a memória seja sedentária (e as lembranças fixas) a vida é errante e, os objetos das lembranças, na ausência do observador, continuam sua rotina diária. A imagem de uma pessoa (ou objeto), nascida das várias recordações, por ter sido criada da junção de impressões, em épocas diferentes – e, portanto, como se outra pessoa (ou objeto) fosse porque o observador também não se sentia o mesmo –, ignora na sua composição a sucessão dos dias, a vida que continuou seu curso, alheia à ausência do observador:

Para as mulheres que conhecia, [...] cada uma delas se projetava, em ponto diferente da minha vida, [...] primeiro no centro de uma daquelas paisagens de sonho, cuja justaposição me quadriculava a existência, e que eu me deleitava em imaginar; depois, trazida pelas recordações, aparecia nos sítios onde a conhecera, e que me evocava por se lhes prender, pois, se a vida é errante, sedentária é a memória, e, embora sem cessar decambulemos nossas lembranças, fixas nos lugares que deixamos, aí continuam sua rotina cotidiana, como os amigos ocasionais, abandonados pelo viajante com a cidade onde os encontrou, terminam em sua ausência, do mesmo modo, seus dias e sua vida [...] E, essa segunda pessoa, nascida não do desejo, mas da recordação, não era a única para cada uma destas mulheres, porque a cada uma vira eu diversas vezes, em épocas diferentes, como se fosse outra para mim, eu mesmo outro, imerso em sonhos de outra cor. Ora, a lei reguladora dos sonhos de cada ano subordinando-lhe as lembranças da amada de então, [...] em torno de centro sensitivo inteiramente diverso: havia várias duquesas de Guermantes, [...] separadas pelo éter incolor dos anos, não me sendo possível saltar de uma para outra [...]. Figuras não apenas distintas, mas diferentes, ornadas pelos sonhos que me haviam empolgado em épocas quase opostas [...]. Vendo-a, já não me lembrava do papel que desempenhara em meu amor [...]. (*Ibid*, p. 246-247)

Nas lembranças relacionadas aos mortos sucede confundir um artifício da memória com emoções inexistentes. Tais podem ser as derradeiras e pouco invejáveis forma da sobrevivência, observa o autor:

É que, muito depois de saírem de nossos corações os pobres mortos, sua cinza fria continua a misturar-se, a servir de veículo às circunstâncias do passado. E, não os amando mais, sucede que, para evocar um quarto, uma alameda, um caminho onde em dado momento estiveram, sejamos obrigados, a fim de encher o lugar que ocuparam, a fazer-lhes referência, sem os lamentar [...]. (*Ibid*, p. 262-263)

O efeito do tempo se mostra nas pessoas e nas coisas. No entanto, a vida tece fios misteriosos entre os seres, que os entrecruza e redobra a fim de reforçar a trama, tanto que, entre o mínimo ponto do passado e todos os outros, uma rede riquíssima de lembranças oferece uma larga escolha de via de comunicação – suprimindo precisamente a grande dimensão do tempo, a que permite à vida realizar-se. Essa capacidade organizativa espacial da memória, que introduz no presente o passado inteiro, constrói uma continuidade para os planos diferentes da vida conclui Proust (1998); uma perspectiva assim, segundo a concepção de Elias (1998), verticaliza as questões culturais favorecendo a percepção de descontinuidades.

## À GUIA DE FECHAMENTO

Na análise dos novos procedimentos históricos, Foucault (1972) destaca o deslocamento da descontinuidade – que deixou a condição de obstáculo ao se apresentar, ao mesmo tempo, como instrumento e objeto de pesquisa –, ao delimitar o campo de que é o efeito, ao permitir individualizar os domínios (a partir da comparação porque as rupturas podem constituir um processo de longa duração cujo estudo, comparado aos outros, pode fazer aparecer a tipicidade e a especificidade). Portanto, um dos importantes usos da história consiste na dissolução



sistemática da identidade, fazer aparecer todas as discontinuidades que a atravessam: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam, os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. E, em cada uma destas almas, a história não descobrirá uma identidade esquecida, sempre disposta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos e que nenhum poder de síntese domina.

Da mesma forma, ao delimitar um campo de pesquisa não se está buscando estabelecer um isolamento, mas antes, torná-la livre para descrever nela e fora dela jogos de relações. Não existe um começo absoluto: o processo ao qual está submetido o objeto de estudo, o seu desenvolvimento, a ordem de sucessão das etapas, não se impõe como que de fora para dentro sobre um material histórico inerte e desprovido de estrutura, mas esta estrutura encontra-se no próprio material. Quanto a estas questões, Foucault não admite dúvidas:

Mas entendamo-nos: não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem também o ponto de emergência deles ou seu modo de caracterização; mas o relacionamento das superfícies em que podem aparecer, em que podem se delimitar, em que podem-se analisar e se especificar. (*Ibid*, p. 62)

Portanto, não se trata de buscar a instância originária das relações (que possibilitam o aparecimento do objeto), mas sim as variantes destas relações. Trata-se de desvendar os tipos de racionalidade implicadas em um processo: definir e descobrir como certos discursos – o Estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a economia, identidade, profissionalismo, etc. não são objetos estáveis, são discursos – são instituídos sob as formas do justo, como o poder cria a verdade e sua própria legitimização; de ordená-los, tais como são impostos dos seus mecanismos institucionais, tais como são admitidos.

Em uma perspectiva assim, os relatos orais são especialmente importantes porque fornecem perfis biográficos, que não são meras abstrações, mas sim relatos exemplares, verdadeira busca de mundos interiores que podem possibilitar a análise dos caminhos e descaminhos que tomaram estas vidas (de trabalhadores da Educação) em meio “aos pilares das verdades mais bem conhecidas”<sup>6</sup> – como viveram suas vidas, como se moveram no mundo e como foram afetadas pelo tempo histórico.

Meus escritos dão trabalho – espero que isso não seja uma objeção contra eles! .... Para se compreender a linguagem [...] é preciso seguir o procedimento oposto ao que normalmente pede a literatura filosófica. Essa é preciso condensar, de outro modo estraga-se o estômago; – a mim é preciso diluir, tornar líquido, acrescentar água de outro modo estraga-se o estômago. – O silêncio é em mim tão instintivo [...]. Eu sou *breve*: meus leitores mesmos devem fazer-se extensos, volumosos, para trazer à tona e juntar tudo o que foi por mim pensado, e pensado até o fundo. [...] É preciso saber pôr um problema no seu justo lugar, isto é, em relação com os problemas a ele atinentes – e para isso é preciso ter ao alcance a topografia dos recantos e áreas difíceis de ciências inteiras, e sobretudo da própria filosofia –. Afinal falo apenas do vivido, não somente do ‘pensamento’; a oposição pensamento/vida não existe em mim. Minha ‘teoria’ cresce da minha ‘prática’ – oh, de uma prática nada inócua, nada anódina! ... (PODACH, 1961, in NIETZSCHE, 2003b, p. 125)

Daí, a discussão, pretendida a partir deste texto, é buscar entender as questões centrais do objeto, quais sejam: sob esta ótica, percorrer a seara de re-entender as narrativas dos depoentes – apresentados em Bernardes (2003) –, atores sociais que compõem a conjuntura e a estrutura sociopolítica do Brasil. Estes sujeitos geram um conjunto de ações que são expressas tanto em seu corpo de idéias e estratégias políticas quanto por linguagens produzidas nas experiências concretas vividas no seu processo político e organizativo. Compreender estes discursos é *acrescentar-lhes água, dão trabalho* – eis a tarefa que proponho iniciar com este texto, melhor, reiniciar porque em verdade trata-se de uma tarefa inconclusa na Dissertação que lhe deu origem; uma aposta na recriação, pela memória, das impressões do passado que cada um dos

---

<sup>6</sup> Metáfora utilizada por Lessing, citada em Arendt (1999, p. 19).

depoentes carregam indefinidamente – a noção do tempo incorporado, dos anos escoados, porém, inseparáveis destas pessoas –, como sugeriu Proust (1998). Em última instância, uma aposta que as horas do passado guardadas pelos corpos humanos, por conservarem recordações, prazeres e desejos, alguns já para eles extintos, possam auxiliar nas questões colocadas por Nietzsche (2003a) e tão relevantes em uma pesquisa sobre profissionalização com foco nas relações saber/poder: “Quem, realmente, nos coloca questões? O que, em nós, aspira realmente ‘a verdade’?” (*Ibid*, p. 9)

**Palavras-chave:** História Oral, memória, poder.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ARENDT, Hannah. Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing. In: \_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13-36.
- BERGAMO, Geraldo Antonio, BERNARDES, Marisa Rezende. *Produção de conhecimento*. Seminário vinculado à disciplina ‘Metodologia do Trabalho Científico’. UNESP, Bauru, 2003.
- BERNARDES, Marisa Rezende. *As várias vozes e seus regimes de verdade: um estudo sobre profissionalização (docente?)*. Bauru, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência). Universidade Estadual Paulista.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000c.
- \_\_\_\_\_. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. Verdade e Subjectividade (Howison Lectures). *Comunicação e Linguagens*, (19): 203-224, Lisboa, dez. 1993.
- \_\_\_\_\_. *Tecnologías del yo*. Barcelona: Novagràfick, 1990.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- GHIRALDELLI Júnior, Paulo. Posso conversar sobre “História das Idéias” e “História da Educação” a partir do Neopragmatismo de Richard Rorty? In: MONARCHA, Carlos (Org.). *A História da Educação Brasileira: formação do campo*. Ijuí: Unijuí, 1999, p. 66-93.
- LAFER, Celso. Pós-fácio: Hannah Arendt: vida e obra. In: ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 233-249.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *ECCE HOMO: como alguém se torna o que é*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *A Gaia Ciência*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PORTELLI, Alessandro. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany (USA): State University of New York Press, 1991.
- PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Tradução de Mario Quintana. São Paulo: Globo, 2003. (Em busca do tempo perdido, 1).
- PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Tradução de Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Globo, 1998. (Em busca do tempo perdido, 7).

Marisa Rezende Bernardes

E-mail: [marisarb@terra.com.br](mailto:marisarb@terra.com.br)